

**ESTUDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA
PREFEITURA DE BELO HORIZONTE**
**com ênfase nos profissionais aposentados e
pensionistas**

Apresentação

Elaborado pelo Instituto Latino Americano de Estudos Socioeconômicos sob coordenação de
Gustavo Henrique Lopes Machado.

Todas as informações foram retiradas de relatórios oficiais devidamente indicados.

ÍNDICE

Sumário



INTRODUÇÃO.....	3
1 - PREFEITURA DE BELO HORIZONTE TEM RECURSOS DE SOBRA.....	4
a - Arrecadação muito superior à inflação.....	4
3 - AS DESPESAS COM OS PROFISSIONAIS APOSENTADOS E PENSIONISTAS.....	6
a - Aposentados e pensionistas entram nas despesas com pessoal?.....	6
b - Aposentados e pensionistas nas despesas brutas com pessoal da prefeitura.....	9
c - Aposentadorias vinculadas e não vinculadas.....	11
d - As despesas previdenciárias e em educação: duas contabilidades separadas.....	13
3 - O DESTINO DA ARRECADAÇÃO MUNICIPAL: TERCEIRIZAÇÃO.....	16
a - O crescimento da terceirização em Belo Horizonte.....	16
b - contratação de mão de obra terceirizada e cargos comissionados.....	19
Conclusões.....	21



INTRODUÇÃO

No presente estudo, examinamos as finanças da prefeitura de Belo Horizonte tendo como objetivo avaliar a situação geral de seus servidores aposentados e pensionistas da Educação na prefeitura. Destacamos que a prefeitura não disponibiliza dados específicos dos profissionais aposentados em Educação. Todos aposentados e pensionistas do município são contabilizados em um setor a parte, denominado *previdência social*. Por esse limite, a maior parte da análise contida neste estudo foca-se no conjunto dos aposentados do município.

No primeiro capítulo, analisamos a situação financeira da prefeitura pela ótica de suas receitas. Esse capítulo é fundamental, pois, como veremos, a Previdência Social, tal como a Educação, são de responsabilidade das finanças gerais da prefeitura em que receitas vinculadas como o FUNDEB ou as contribuições previdenciárias dos servidores são apenas recursos complementares. Nesse caso, avaliamos o crescimento nominal e real da arrecadação em contraposição à inflação acumulada nos períodos considerados, bem como o superavit orçamentário do município.

No segundo capítulo, fazemos uma análise detalhada de todas as despesas da prefeitura de Belo Horizonte, com ênfase nos profissionais aposentados e pensionistas. Com esse objetivo, analisamos as despesas com pessoal tendo em vista os critérios e limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Indicamos os espaços existentes tendo em vista essa lei, bem como a dinâmica histórica desses gastos. Avaliamos, ainda, a evolução das despesas com pessoal aposentado e pensionista em confronto com aqueles ativos e terceirizados. Nessa análise, consideramos os impactos da mudança de regime previdenciário em fins de 2011 e seus impactos. Por fim, as despesas com a Previdência Social são confrontadas com todos os demais setores da prefeitura.

No terceiro capítulo, analisamos o real destino das receitas crescentes da prefeitura de Belo Horizonte. Em particular, as atividades terceirizadas na capital de Minas Gerais, sua distribuição e evolução histórica. Além disso, comparamos seu percentual com todas capitais dos Estados brasileiros, bem como a porção das despesas com terceirização destinadas a locação de mão-de-obra ou a substituição direta dos trabalhadores efetivos por terceiros.

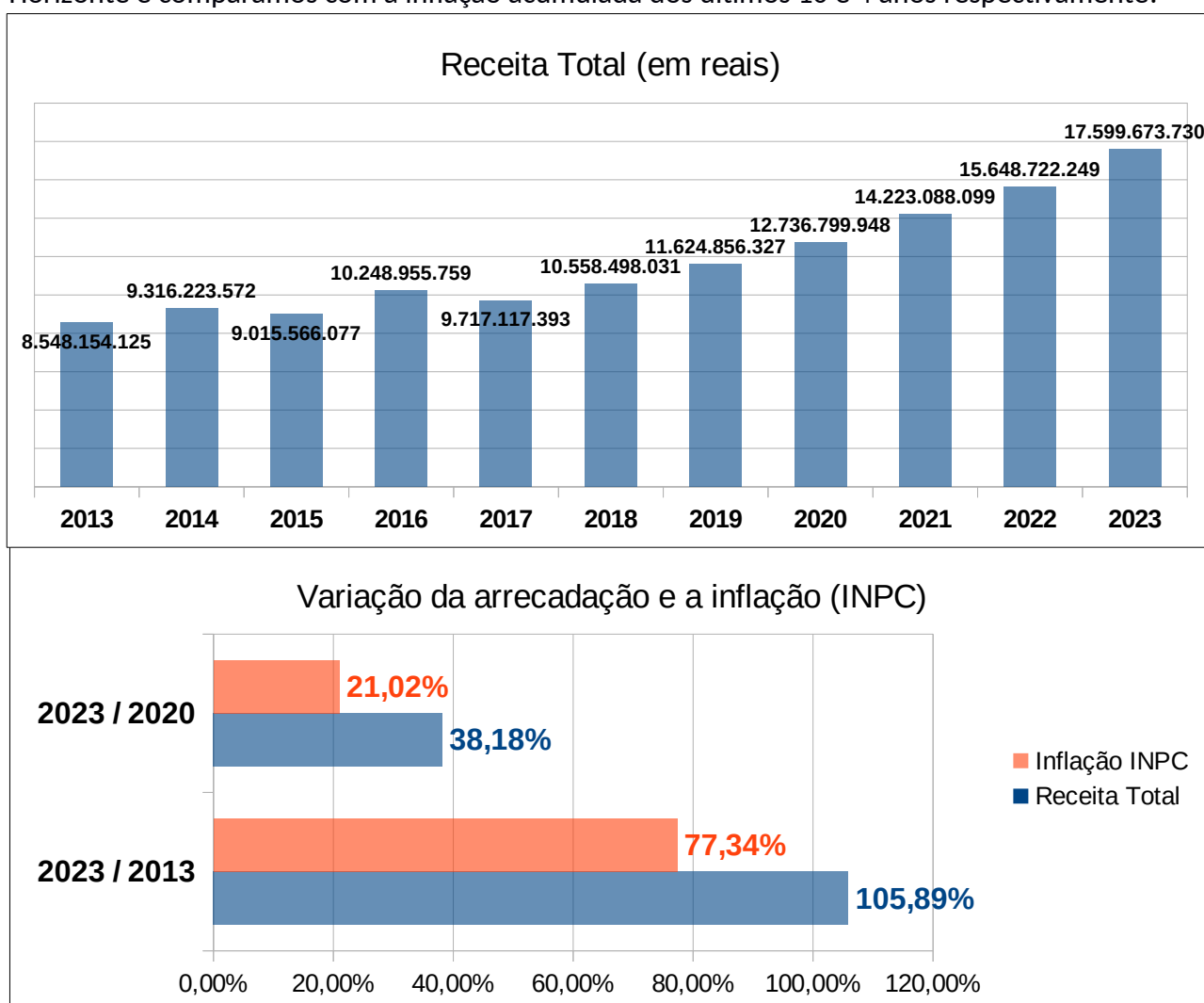
Boa leitura!

1 - PREFEITURA DE BELO HORIZONTE TEM RECURSOS DE SOBRA

É comum o argumento dos representantes da prefeitura de Belo Horizonte de que ela não tem condições de conceder reajustes e melhorias para um grupo de servidores, incluindo aqueles aposentados, sem o fazê-lo para todos. Como base nisso, justifica que a prefeitura não tem recursos para tal. Para examinar essa questão, devemos examinar a situação da prefeitura em seu conjunto e a disponibilidade de recursos existentes. A começar pela sua arrecadação total.

a - Arrecadação muito superior à inflação

Indicamos, nos gráficos que se seguem, a evolução da Receita Total da prefeitura de Belo Horizonte e comparamos com a inflação acumulada dos últimos 10 e 4 anos respectivamente.



A receita da prefeitura de Belo Horizonte, acumula um crescimento bem acima da inflação registrada no período. Houve uma relativa estagnação entre 2014 e 2018, apogeu da crise no

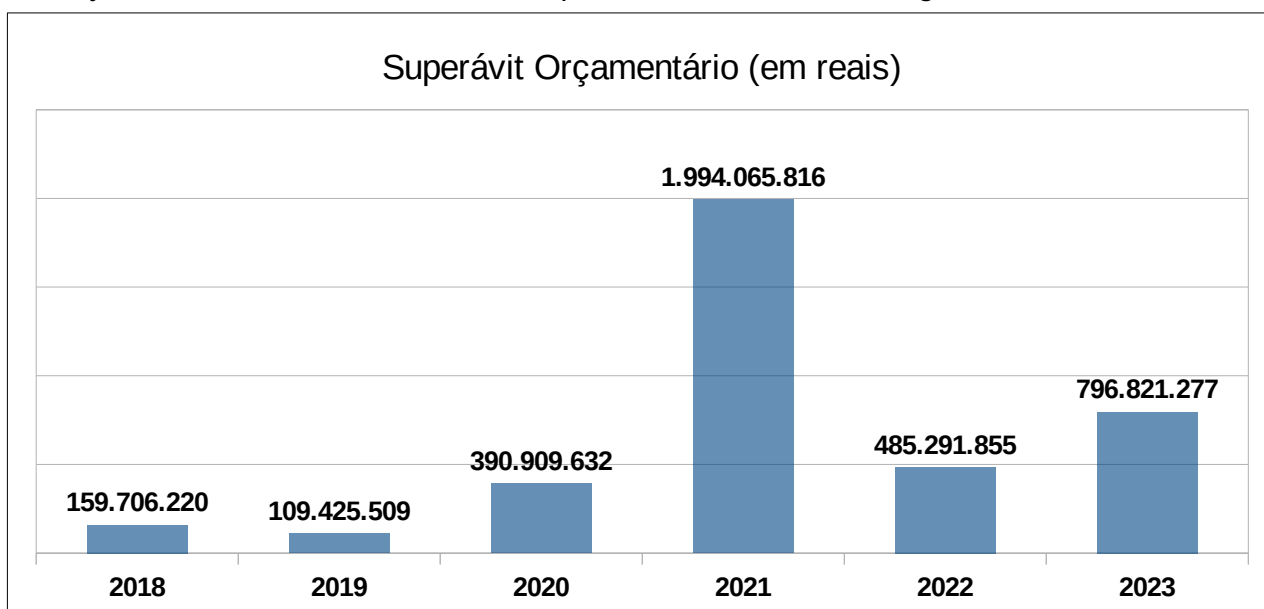
Brasil. Desde então, a arrecadação tem crescido sempre acima de 1 bilhão de reais por ano. Temos 10,5558 bilhões em 2018, 11,624 em 2019, 12,736 em 2020, 14,223 em 2021, 15,648 em 2022 e, por fim, 17,599 bilhões de reais em 2023.

Nos últimos quatro anos, entre 2020 e 2023, a situação é de longe a mais confortável. A inflação acumulada no período foi de 21,02% (INPC), enquanto a receita do município cresceu 38,18%, um crescimento 17,16% superior a inflação. Mas também nos últimos 10 anos, a inflação acumulada (INPC) foi de 77,34% e a receita do município cresceu 105,89%: um crescimento 28,55% superior a inflação registrada no período.

O que esses dados significam? No mínimo, que a prefeitura poderia conceder reajustes e ganhos reais a todos os seus funcionários aposentados sem que, com isso, o percentual despendido com a previdência se eleve. Afinal, se a receita da prefeitura cresce acima da inflação, as despesas também podem se elevar para além da inflação sem que, com isso, se eleve o percentual despendido com previdência ou em qualquer outro setor específico da prefeitura.

O que dissemos seria falso apenas no caso de um crescimento do total de servidores do município, mas esse não é, de modo algum o caso, como veremos mais adiante.

Não é casual que a prefeitura tenha superavit orçamentário há muitos anos, isso é, a diferença entre sua receita e o total das despesas, como indicamos a seguir.



Fonte: RAIS-MTE. Elaboração: ILAESE

O superavit orçamentário de 2023, como podemos ver, foi de 796 milhões de reais, o segundo mais elevado de toda a série histórica.

Fica demonstrado que o principal problema na prefeitura de Belo Horizonte não é de arrecadação. Dessa perspectiva, existem recursos disponíveis com folga para que os profissionais aposentados em seu conjunto, incluindo aqueles da Educação, possam receber ganhos reais em sua remuneração. No mínimo, no mesmo patamar daqueles profissionais da ativa.

Para analisarmos essa questão com mais profundidade, devemos passar para a evolução das despesas na prefeitura de Belo Horizonte, com ênfase nas despesas com pessoal do pessoal aposentado.

3 – AS DESPESAS COM OS PROFISSIONAIS APOSENTADOS E PENSIONISTAS

No presente capítulo, analisamos a evolução das despesas da prefeitura de Belo Horizonte com os profissionais aposentados e pensionistas. A começar por sua incidência nas despesas com pessoal. Veremos quando as despesas com aposentados e pensionistas são contabilizados nessas despesas e quando não. Em seguida, examinamos especificamente a evolução e dinâmica das despesas com o pessoal aposentado e pensionista, tanto em relação aos demais servidores como em relação aos demais setores da prefeitura.

a - Aposentados e pensionistas entram nas despesas com pessoal?

Começemos pelas despesas com pessoal no município de Belo Horizonte. O objetivo é avaliar os espaços existentes no orçamento em relação ao limite imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Nos diversos estudos realizados pelo ILAESE, recorrentemente elaboramos críticas à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Lei esta que estabelece um teto para despesas em pessoal, reservando, assim, uma fatia significativa do orçamento para terceirização e atividades financeiras. No caso dos municípios, sobretudo terceirização. Ainda assim, é importante analisar esse teto, já que ele recorrentemente é utilizado como justificativa para evitar ganhos reais e melhorias da situação dos servidores.

Ressaltamos que as despesas com os profissionais aposentados entram no cálculo das despesas com pessoal para fins de Limite, sempre que não se tratam de despesas vinculadas a contribuição previdenciária dos servidores. Como demonstraremos mais adiante, essas despesas vinculadas estão a se tornar cada vez menores. Isso porque a partir da Lei 10.362/11 foi extinto o antigo Fundo Previdenciário (a autarquia municipal BEPREM) e, em seu lugar, criado dois novos fundos, o **Fundo Financeiro – FUFIN**, art. 107, e o **Fundo Previdenciário – BHPREV**, art. 110. A alteração, em verdade, não foi de natureza burocrático administrativa, mas a substituição de um fundo previdenciário em regime de repartição por um fundo previdenciário em regime de capitalização¹.

Dessa forma, os servidores que ingressaram na Prefeitura de Belo Horizonte a partir de 29/12/2011 passaram a integrar o Fundo Previdenciário (BHPrev), enquanto aqueles aposentados e pensionistas, bem como os servidores ativos que ingressaram em um período anterior a essa data, continuaram em um regime de repartição: o Fundo Financeiro (FUFIN). Temos assim:

- ✓ **FUFIN – Plano Financeiro:** Regime de repartição, aplicado a todos os servidores que ingressaram na prefeitura de Belo Horizonte até 29/12/2011.
- ✓ **BHPREV – Plano Previdenciário:** Regime de capitalização, aplicado a todos os servidores que ingressaram na prefeitura de Belo Horizonte após 29/12/2011.

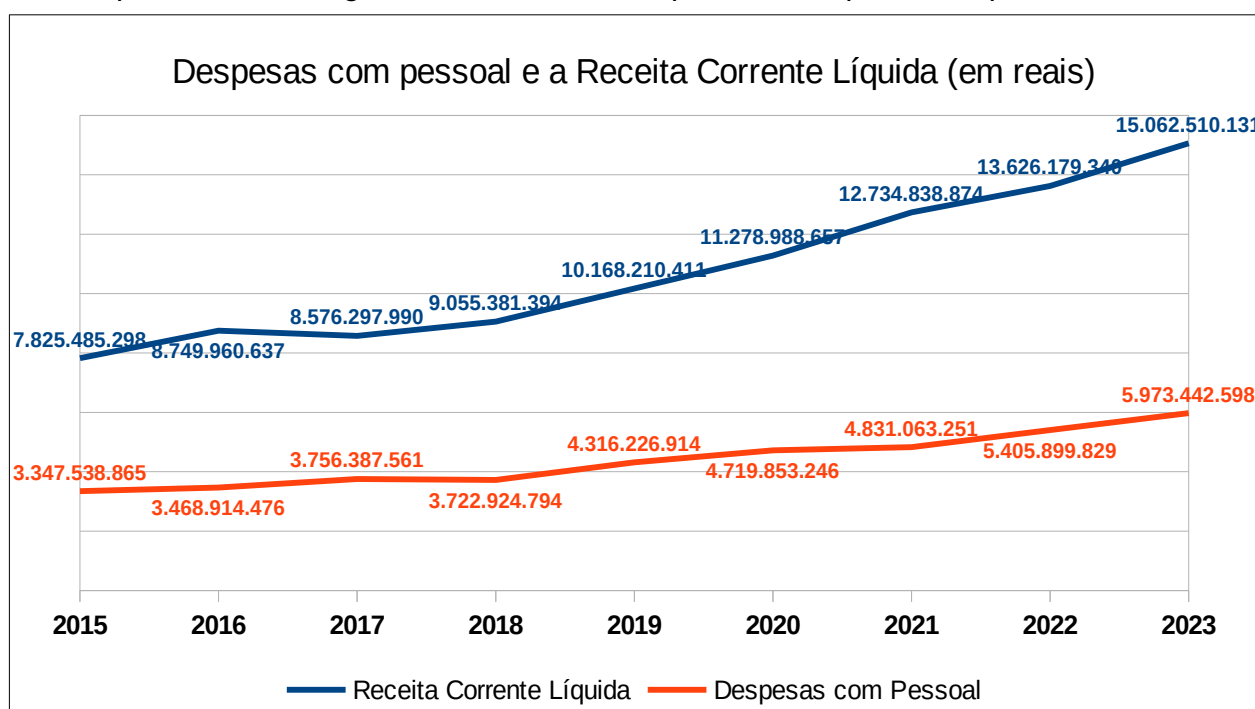
¹ Por meio da Lei Municipal 10.362 acima citada, no art. 151, o Ativo e o Passivo da BEPREM foram incorporados aos novos planos apenas no exercício de 2012, tendo sido seus bens incorporados ao Ativo do Fundo Financeiro, componente do RPPS (Regime Próprio de Previdência Municipal), conforme dispõe o art. 152. Já, o Passivo da extinta BEPREM foi incorporado ao Passivo da Administração Direta do Executivo Municipal (Prefeitura – Secretarias e Órgãos Correlatos) conforme dispõe o art. 153.

A primeira consequência da segregação do RPPS-BH em dois fundos, sendo um por repartição e outro por capitalização, é que cada vez mais o FUFIN tende a ser integrada exclusivamente por servidores aposentados e pensionistas. Na medida que todos os novos servidores que ingressam na prefeitura são incorporados ao regime por capitalização (BHPREV), eles não mais contribuem com a previdência dos servidores já aposentados. O FUFIN tende a arcar, assim, não apenas com todas aposentadorias e pensões já existentes, mas com massa principal de aposentados e pensionistas nos próximos 15 anos.

Isso significa que o total de servidores aposentados e pensionistas da BHPREV tende a permanecer irrisória, dado que esse contempla apenas os servidores que ingressaram após 9/12/2011. Como esses servidores contribuem para um fundo de capitalização, sua contribuição não mais alimenta um fundo que atende os servidores aposentados e pensionistas. Esses recursos devem ser providos inteiramente pelo caixa da prefeitura. Em resumo, **todo esse recurso pago pela FUFIN, sem uma contrapartida nas contribuições previdenciárias, entra nas despesas com pessoal.**

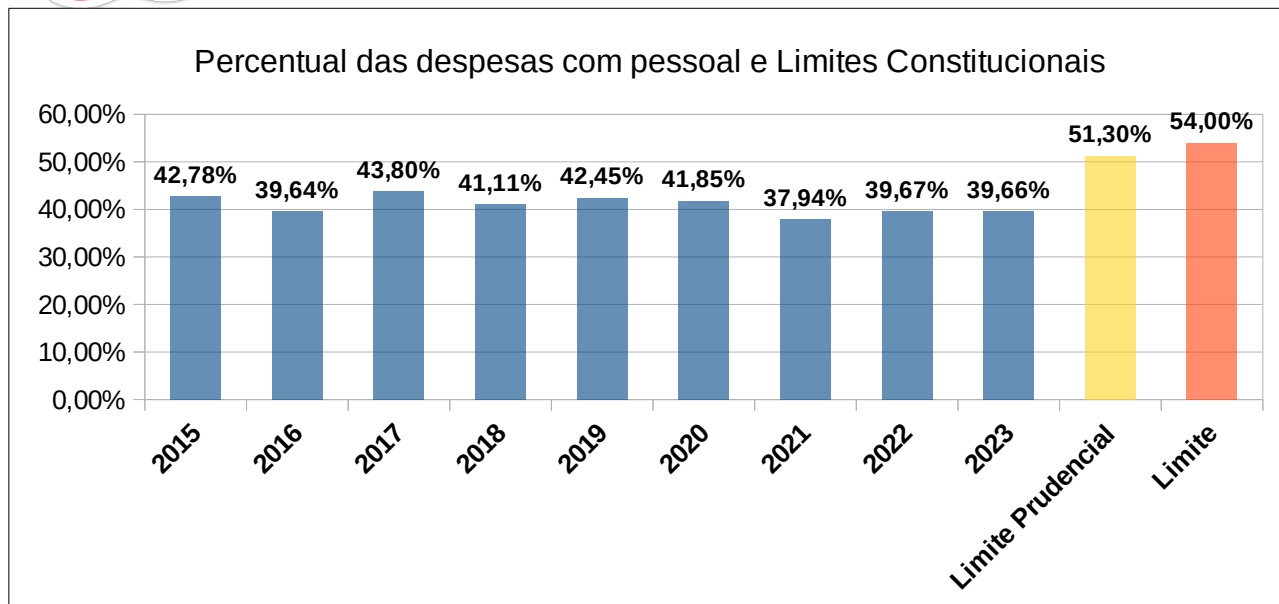
Desse modo, a tendência natural das despesas com pessoal, em Belo Horizonte, seria um significativo crescimento, uma vez que cada vez mais servidores aposentados e pensionistas são pagos diretamente pela prefeitura, sem qualquer recurso vinculado. Esse, contudo, não é o caso.

Apresentamos a seguir a Receita corrente líquida e as despesas com pessoal:



Fonte: Tesouro Nacional - Siconf. Elaboração: ILAESE

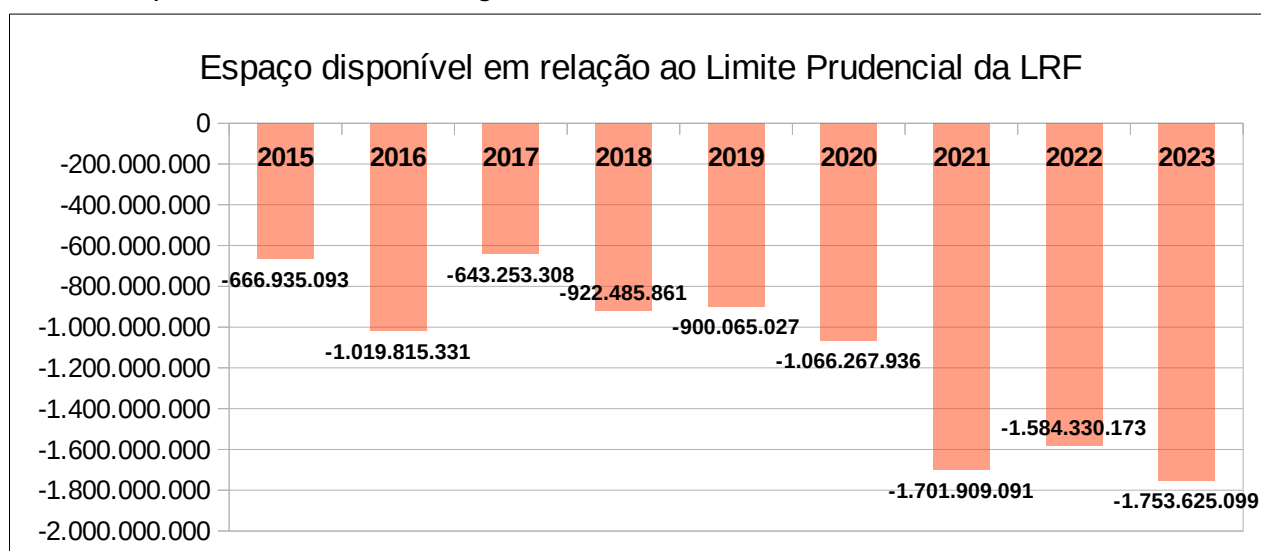
Indicamos abaixo os espaços existentes para investimento em pessoal tendo em vista o limite prudencial de 51,3% da receita corrente líquida estabelecido pela LRF.



Fonte: Tesouro Nacional - Siconf. **Elaboração:** ILAESE

Como é tornado evidente, as despesas com pessoal na prefeitura municipal de Belo Horizonte não apenas são historicamente baixas, com apresentam tendência de queda. A tal ponto que, apesar do limite ser de 51,3%, apenas 39,66% foram destinados aos servidores públicos de todos os setores no ano de 2023. Servidores esses responsáveis por todos os serviços básicos e essenciais ofertados a população, incluindo todas as despesas não vinculadas com os servidores aposentados e pensionistas. Esse percentual era de 43,8% em 2017 e, desde então, caiu continuamente.

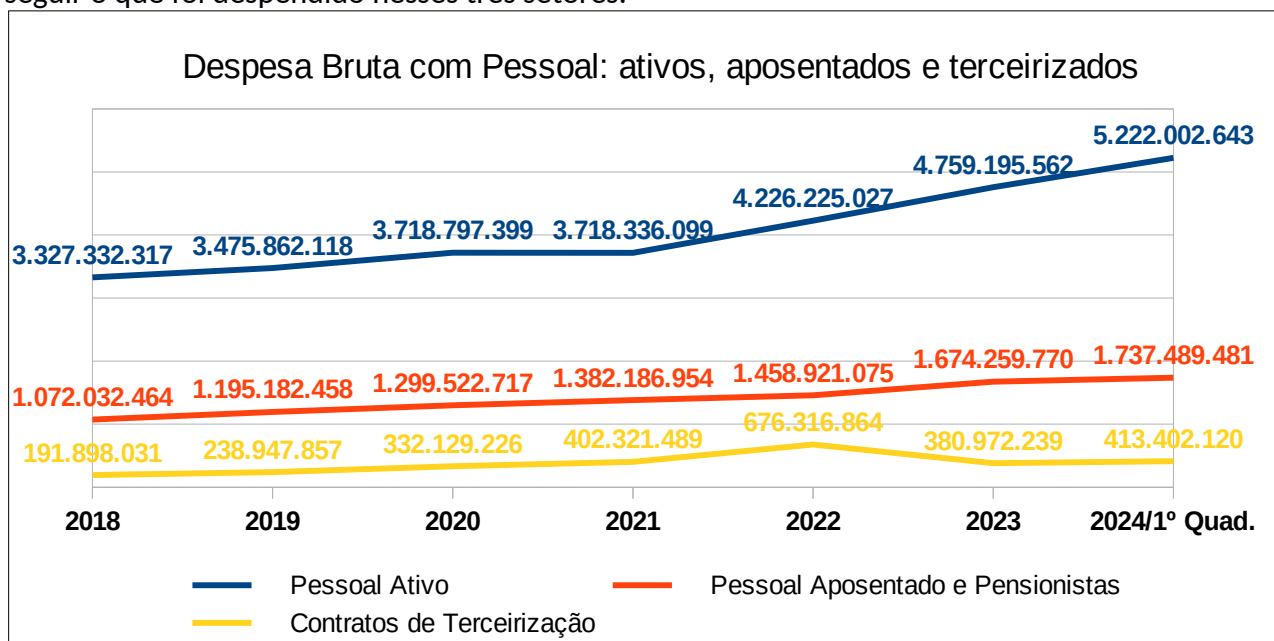
Para termos uma ideia clara, apresentamos a seguir o recurso que poderia ter sido destinado aos servidores do município sem superar o limite prudencial de 51,3% da Receita Corrente Líquida. Esse montante chega, no último ano, a 1,75 bilhões de reais.



Fonte: Tesouro Nacional - Siconf. **Elaboração:** ILAESE

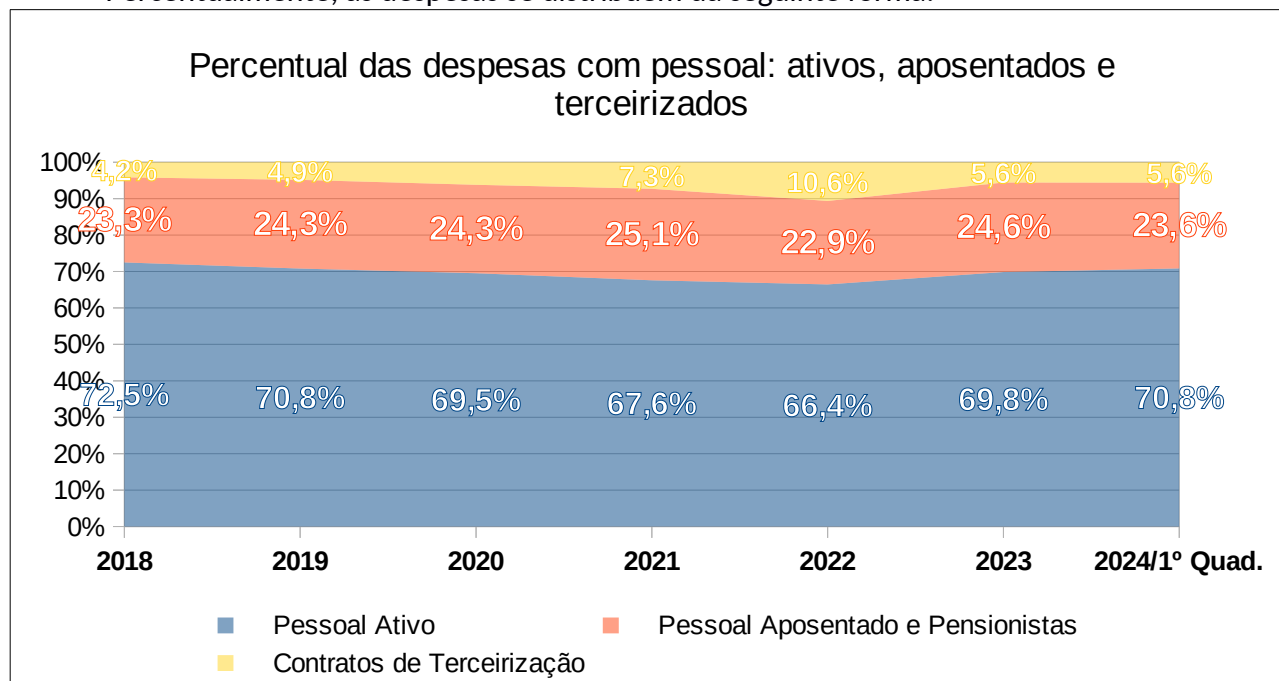
b - Aposentados e pensionistas nas despesas brutas com pessoal da prefeitura

Nesse item, examinamos as despesas brutas com pessoal. Essas incluem o pessoal concursado ativo, o pessoal aposentado e pensionista e o pessoal terceirizado. Apresentamos a seguir o que foi despendido nesses três setores.



Fonte: Tesouro Nacional - Siconf. Elaboração: ILAESE

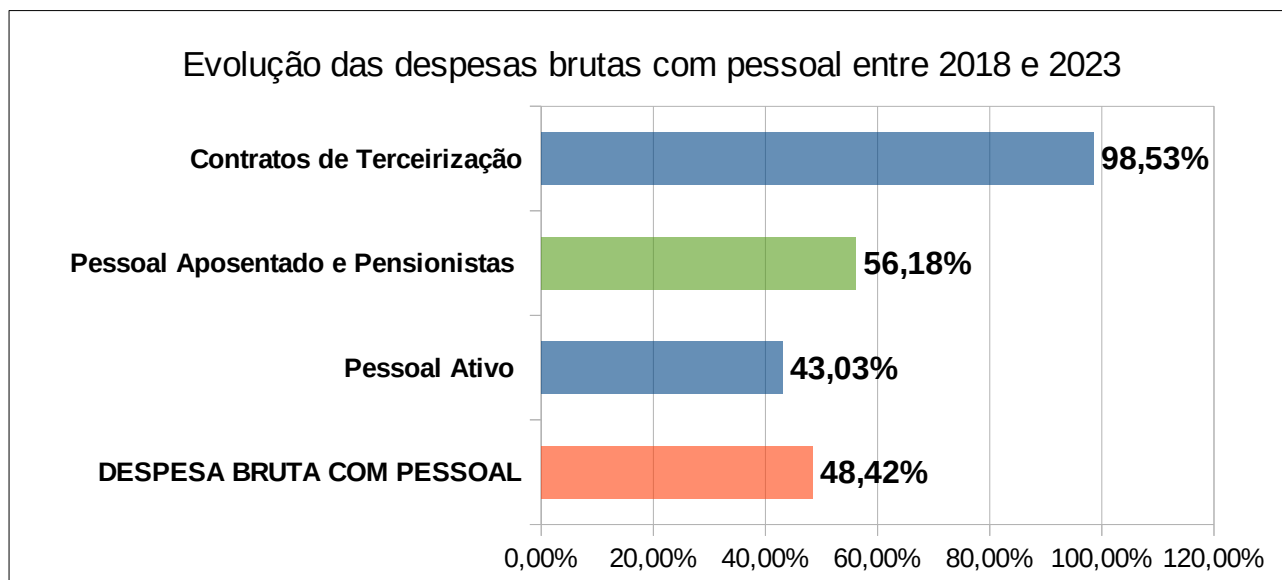
Percentualmente, as despesas se distribuem da seguinte forma:



Fonte: Tesouro Nacional - Siconf. Elaboração: ILAESE

Como podemos ver, as despesas com o pessoal aposentado não cresceu em Belo Horizonte nos últimos anos. Ao fim do primeiro quadrimestre de 2024 elas correspondiam a 23,6% das despesas brutas com pessoal, sendo que, ao fim de 2021, eram de 25,1%.

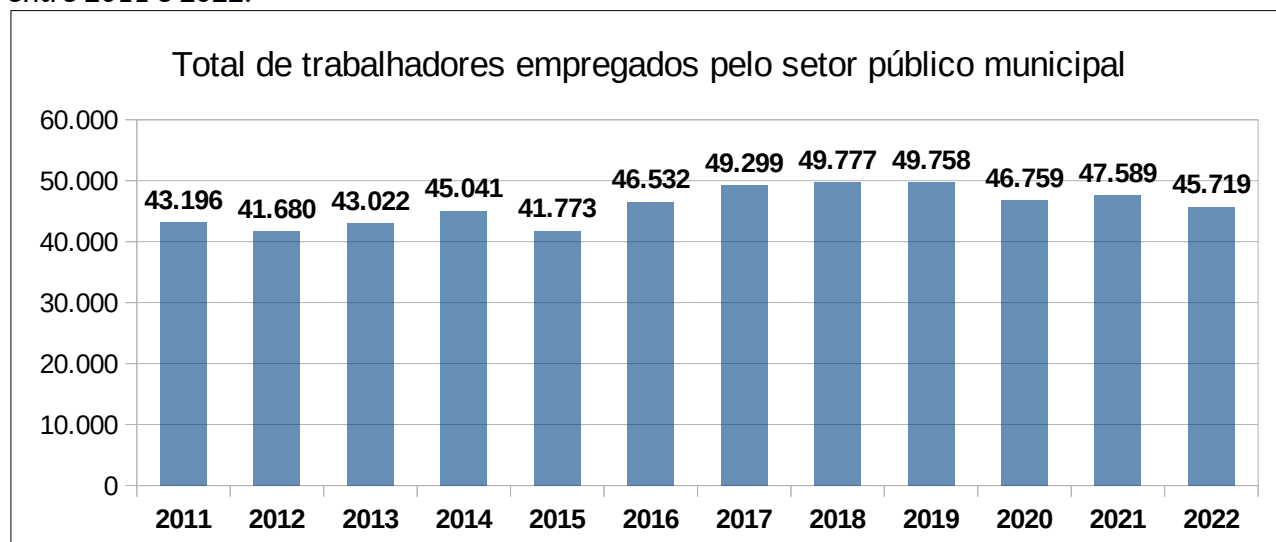
Quando analisamos o percentual de crescimento dessas despesas, vemos que o que cresceu de fora substancial foi a terceirização.



Fonte: Tesouro Nacional - Siconf. **Elaboração:** ILAESE

É importante notar que, embora as despesas com pessoal aposentado e pensionista tenha crescido 56,18% entre 2018 e 2023 em relação a 43,03% do pessoal ativo, isso não significa, de modo algum, que os salários individuais dos primeiros tenham crescido mais. Sabemos que é o contrário. A Lei Ordinária 11679 2024 reajustou o salário dos servidores públicos, mas contém duas progressões automáticas que não se aplicam aos aposentados. Some-se a isso os abonos pagos apenas aos profissionais ativos em Educação com recursos do FUNDEB.

Essa diferença deve-se, em verdade, a queda contínua dos servidores ativos na prefeitura de Belo Horizonte, tanto pela ausência de concursos públicos, como em função da terceirização. Apresentamos a seguir a variação do número de servidores públicos municipais em Belo Horizonte entre 2011 e 2022.

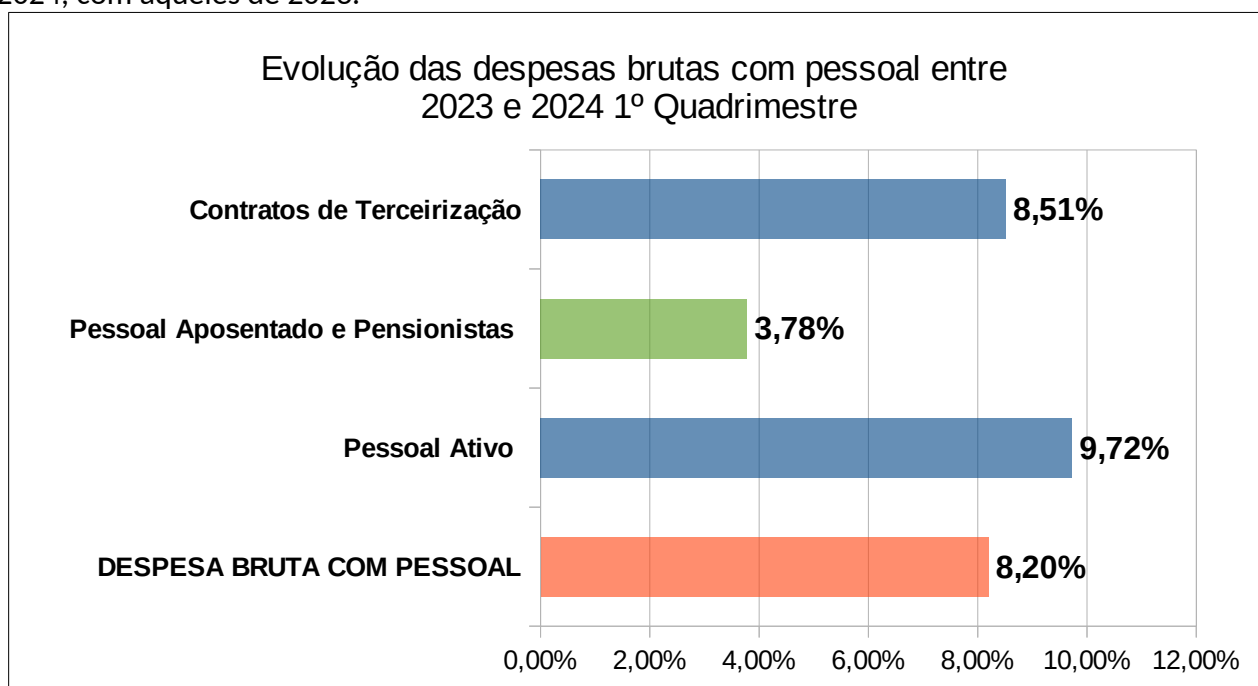


Fonte: RAIS-MTE. **Elaboração:** ILAESE

No município, houve um crescimento do total de servidores públicos nos anos 2000. No entanto, a partir de 2010 a situação se inverteu completamente. Os servidores da prefeitura de Belo Horizonte estão estagnados a mais de 10 anos e em queda absoluta desde 2017. Justamente quando os recursos da prefeitura começaram a crescer substancialmente. Era 49.299 trabalhadores empregados diretamente pela prefeitura de Belo Horizonte em 2017 e, ao fim de 2022, esse número foi de 45.719 trabalhadores.

Note-se o tamanho da contradição. Mesmo com o crescimento do total de trabalhadores aposentados ante aqueles não aposentados, a remuneração total de ambos possuem uma evolução parecida, no mesmo patamar. Esses dados demonstram a enorme perda salarial dos profissionais aposentados diante daqueles ativos. Ao mesmo tempo, a enorme queda das despesas com pessoal totais na prefeitura, mostra que todos os servidores vem perdendo parte substancial de seus rendimentos ao longo dos anos.

Esse processo se acentua dia após dia. Tanto é assim que, no último quadrimestre, a massa salarial total dos profissionais aposentados foi de longe a que menos cresceu, como indicamos a seguir comparando os resultados acumulados nos doze meses anteriores a abril de 2024, com aqueles de 2023.



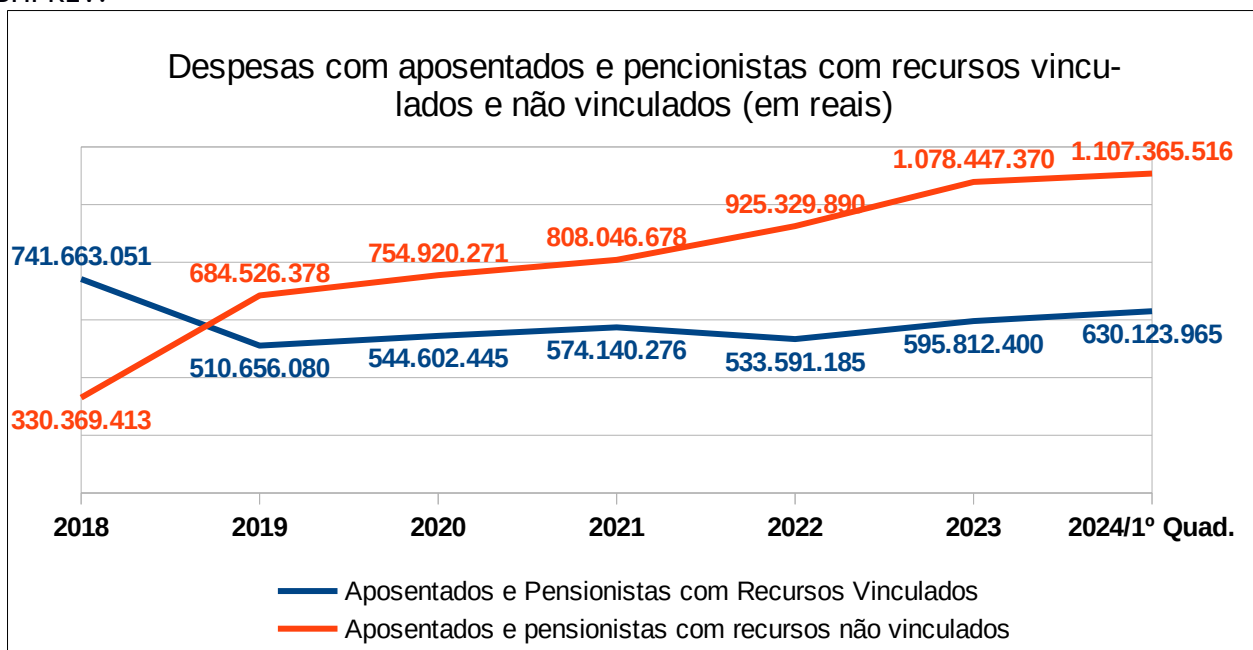
Fonte: Tesouro Nacional - Siconf. Elaboração: ILAESE

c - Aposentadorias vinculadas e não vinculadas

Nesse item do Estudo, destacamos um aspecto já mencionado do começo deste capítulo. A criação do BHPREV na passagem de 2011 para 2012, deveria ter alavancado as despesas com pessoal na prefeitura de Belo Horizonte, já que a maior parte das despesas previdenciárias, desde então, são arcadas diretamente pela prefeitura e não mais vinculadas as contribuições previdenciárias dos servidores que ingressaram a partir dessa data. Apesar disso, a redução do total de servidores ativos, o arrocho salarial dos profissionais aposentados e a deterioração das respectivas carreiras, a ausência de paridade entre os profissionais aposentados e da ativa, o

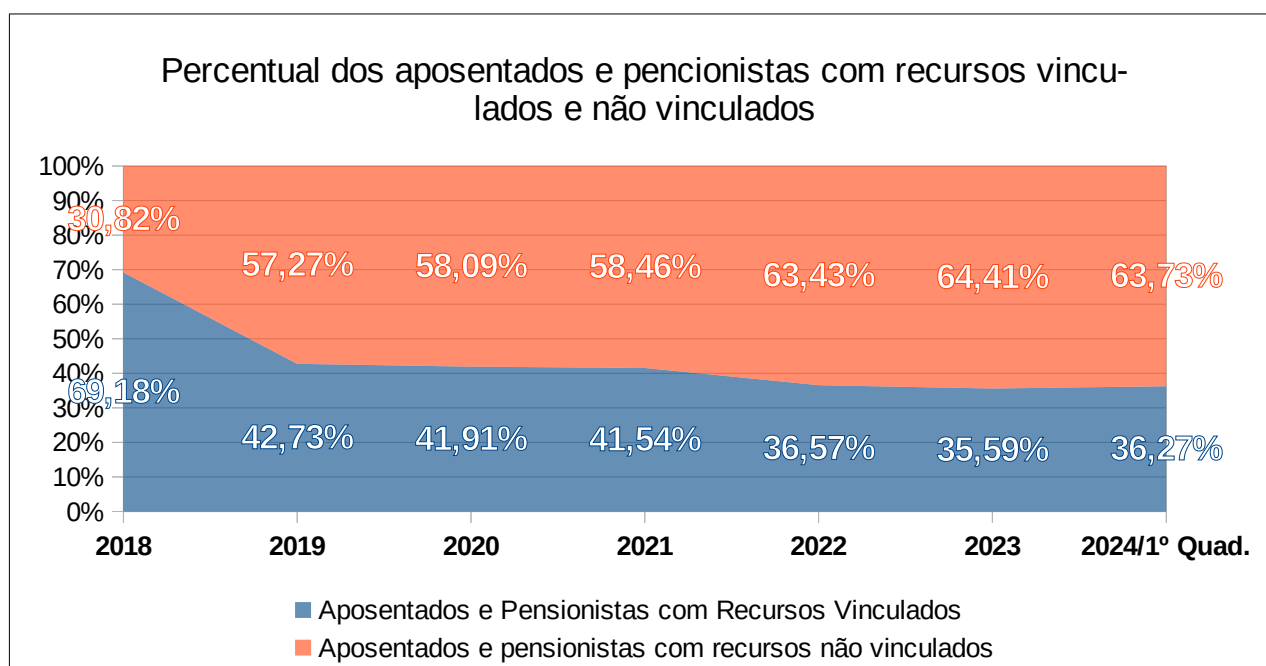
crescimento da terceirização, enfim, todas essas razões somadas, levam a queda contínua das despesas com pessoal no município.

Para melhor mapearmos esse fenômeno, apresentamos a seguir a divisão das despesas previdenciárias em despesas vinculadas e não vinculadas. Como explicamos, as despesas vinculadas são aquelas pagas por meio da contribuição previdenciária de servidores que ingressaram na prefeitura no período anterior a 9/12/2011, quando da substituição do FUFIN pelo BHPREV.



Fonte: Tesouro Nacional - Siconf. **Elaboração:** ILAESE

Percentualmente, a distribuição é a seguinte:



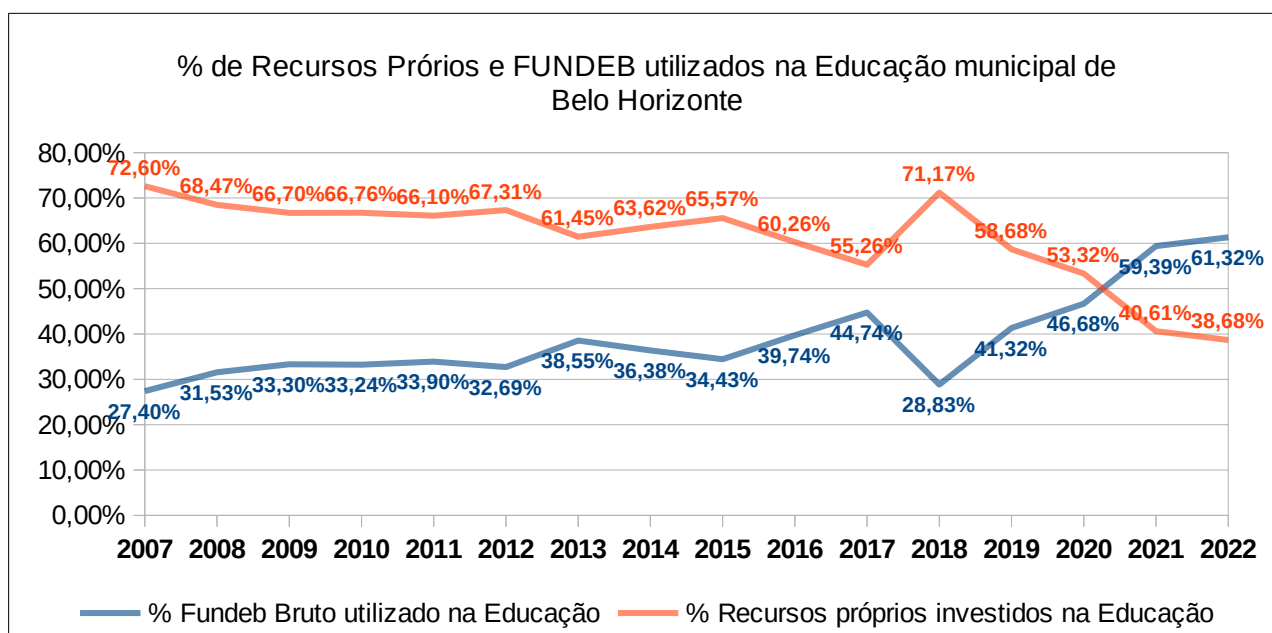
Fonte: Tesouro Nacional - Siconf. **Elaboração:** ILAESE

Como se nota, em 2019, as contribuições previdenciárias da prefeitura de Belo Horizonte arcavam com 69,18% das despesas previdenciárias no município. Como, desde então, os novos servidores contribuem para um plano de capitalização, ao fim do primeiro quadrimestre de 2024, apenas 36,27% das despesas previdenciárias são arcadas com recursos vinculados as contribuições previdenciárias. Os 63,73% restantes são pagos com recursos próprios da prefeitura e integram às despesas com pessoal. Ainda assim, como vimos, as despesas com pessoal não cresceram no período considerado. Isso apenas é possível com deterioração salarial e da carreira de todos os servidores, particularmente daqueles aposentados.

d - As despesas previdenciárias e em educação: duas contabilidades separadas

Na contabilidade da prefeitura de Belo Horizonte, os servidores aposentados e pensionistas não são contabilizados em seu setor original de atuação, como Educação, Saúde etc, mas em um setor específico denominado de Previdência Social. Esse é o motivo de não se poder aplicar aos aposentados recursos vinculados à Educação como o FUNDEB. Esse aspecto, no entanto, não deveria ser tão significativo, pois o FUNDEB é uma receita complementar que de modo algum é capaz de financiar a Educação em seu conjunto. A variável mais importante, como vimos, são as receitas totais da prefeitura.

Como indicamos a seguir, o FUNDEB corresponde a apenas uma fração dos recursos utilizados na Educação.



Apesar disso, a prefeitura vem deixando de usar o FUNDEB em suas despesas ordinárias para manutenção da Educação, com objetivo de produzir artificialmente um superavit no final do ano e, assim, justificar o pagamento de abonos aos professores. Por meio dessa manobra, tais pagamentos não contemplados no orçamento do ano anterior não podem ser aplicados em massa a servidores de outros setores, bem como aos servidores aposentados da educação.

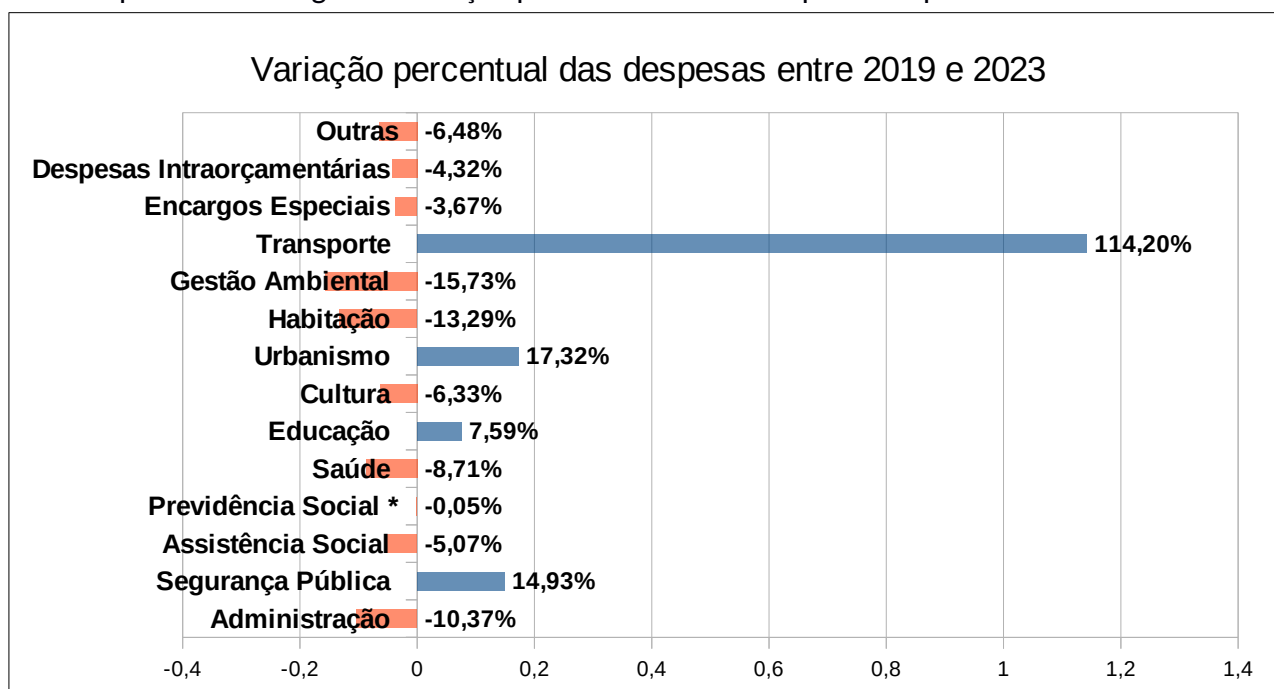
Apresentamos, abaixo, um detalhamento das despesas do município entre 2019 e 2023 em cada um dos setores mais significativos que a compõem, bem como sua variação percentual entre 2019 e 2023.

Despesas por Função	2019	2020	2021	2022	2023
Administração	3,99%	4,17%	3,71%	3,69%	3,57%
Segurança Pública	1,47%	1,67%	1,54%	1,56%	1,69%
Assistência Social	2,55%	3,44%	4,70%	4,02%	2,42%
Previdência Social	11,45%	11,51%	11,43%	11,29%	11,44%
Saúde	32,65%	32,46%	34,29%	31,02%	29,81%
Educação	16,15%	15,97%	14,64%	16,28%	17,38%
Cultura	0,57%	0,61%	0,49%	0,53%	0,54%
Urbanismo	4,14%	4,42%	3,33%	4,61%	4,86%
Habitação	1,30%	1,21%	1,11%	1,04%	1,13%
Gestão Ambiental	0,97%	0,97%	0,85%	0,77%	0,81%
Transporte	2,36%	2,17%	2,06%	3,47%	5,05%
Encargos Especiais	7,19%	5,72%	8,03%	7,08%	6,93%
Despesas Intraorçamentárias	6,80%	6,98%	6,58%	6,82%	6,51%
Outras	8,42%	8,69%	7,23%	7,83%	7,88%

Fonte: Tesouro Nacional - Siconf. Elaboração: ILAESE

Note-se que o pequeno crescimento do percentual despendido na Educação em 2022 e 2023, deve-se precisamente aos abonos. Ao mesmo tempo, o percentual despendido na Previdência Social, mesmo com o crescimento dos servidores aposentados e a queda dos profissionais da ativa, permanecem estagnados.

Apresentamos agora a variação percentual dessas despesas no período entre 2019 e 2023.



Com relação a essas despesas, destacamos os seguintes aspectos:

Quase todo crescimento das despesas municipais nos últimos anos se encontra no setor de transporte: 114,2% entre 2019 e 2023. 789 milhões apenas neste último ano. Ocorre que quase toda essa despesa é destinada a subsídios às empresas privadas que atuam no setor. Em outras palavras, cresce apenas o montante destinado à iniciativa privada e as empresas cuja existência e arrecadação está nas costas da massa de contribuístes.

- ✓ A quase totalidade dos serviços essenciais, apresentam queda no percentual das despesas a eles destinados. A Educação apresenta um modesto crescimento. Ainda assim, como veremos, devem-se a abonos não orgânicos concedidos aos profissionais do setor nos últimos dois anos e, nem de longe, acompanha o crescimento real do FUNDEB desde a adoção do Novo FUNDEB em 2021.

Diante disso, cabe perguntar: qual o destino das receitas crescentes da prefeitura? Os incentivos à iniciativa privada por meio dos subsídios às empresas de transporte constituem apenas uma ponta do processo. De conjunto, ele é bem mais amplo. É o que analisaremos no último capítulo deste estudo.

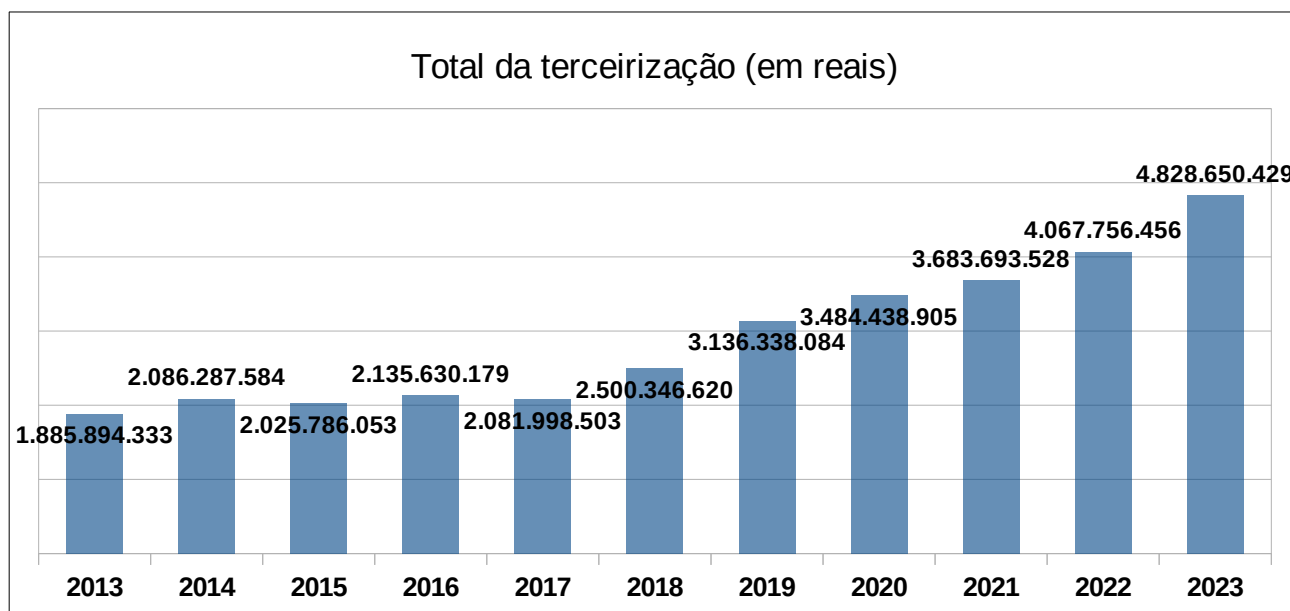
3 - O DESTINO DA ARRECADAÇÃO MUNICIPAL: TERCEIRIZAÇÃO

Chegamos, então, ao último tópico desse estudo. Se a prefeitura tem arrecadação crescente e queda nas despesas com os servidores de quase todos os serviços essenciais, em particular aqueles aposentados, cabe perguntar sobre o destino das receitas crescentes da prefeitura. O que cresce na prefeitura de Belo Horizonte é a fatia dos recursos públicos destinados ao setor privado por meio da terceirização.

a - O crescimento da terceirização em Belo Horizonte

A renda crescente de Belo Horizonte atende diretamente aos interesses do capital privado como comprador, isto é, por meio da terceirização e outros mecanismos análogos.

Temos assim uma cifra bilionária destinada a terceirização no município de Belo Horizonte, indicada a seguir.



Fonte: Tesouro Nacional - Siconf. Elaboração: ILAESE

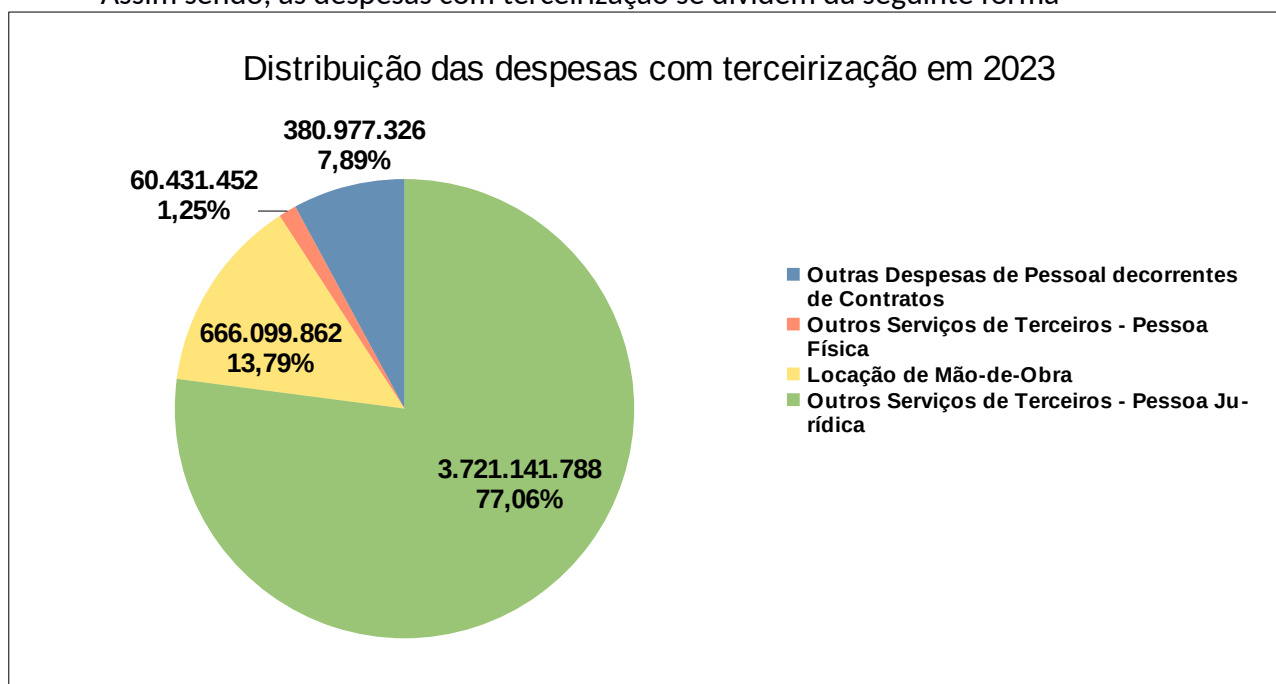
Após manter uma certa estabilidade até 2018, quando as receitas do município também estavam estagnadas, a terceirização disparou no município, saltando do patamar de 2 bilhões de reais em 2017 para 4,8 bilhões de reais em 2023. Na média, o crescimento é superior a meio bilhão de reais por ano.

Cabe analisar com mais detalhes essas despesas em atividades terceirizadas. Elas são divididas nos quatro itens que se seguem:

- ✓ **Outras Desp. de Pessoal decorrentes de Contratos:** Nesse item, temos as despesas relativas à mão de obra empregada em atividade-fim da instituição. Aqui, trata-se da substituição diretamente de servidor ou de empregado público

- ✓ **Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física:** Esse item, trata de recursos pagos diretamente a pessoas físicas, como diárias a colaboradores, direitos autorais, estagiários, locação de imóveis dentre muitos outros.
- ✓ **Locação de Mão-de-Obra:** Trata-se de pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas de direito privado a outras pessoas jurídicas de direito privado, pela prestação de serviços de limpeza, conservação, manutenção, segurança, vigilância, transporte de valores dentre outros. Aqui entra a maior parte da contratação de serviços que não são considerados atividades-fim da prefeitura, como educação e saúde.
- ✓ **Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica:** Despesas decorrentes da prestação de serviços por pessoas jurídicas para órgãos públicos. Trata-se da contratação direta de empresas terceiras.

Assim sendo, as despesas com terceirização se dividem da seguinte forma

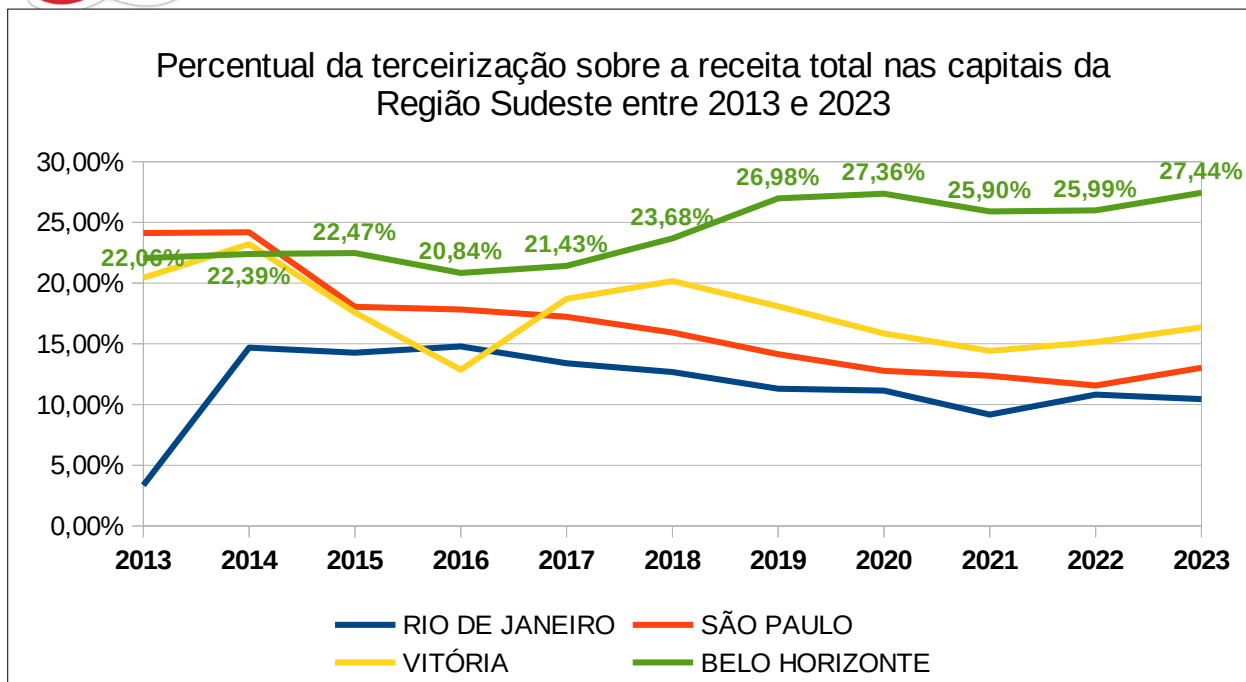


Fonte: Tesouro Nacional - Siconf. Elaboração: ILAESE

Como se vê, em Belo Horizonte, a maior parte das despesas com terceirização dizem respeito a contratação direta de empresas terceirizadas, totalizando 77,06% das despesas com terceirização.

E o caso de Belo Horizonte é significativamente mais grave do que outros municípios do país. Analisando em série histórica notamos que muitos municípios tiveram tendência de queda no percentual ocupado pelas atividades terceirizadas nos últimos anos. Principalmente em função do crescimento das respectivas arrecadações. Com Belo Horizonte, a tendência foi oposta.

Analisamos a seguir o percentual ocupado pela terceirização nas capitais da região SUDESTE.

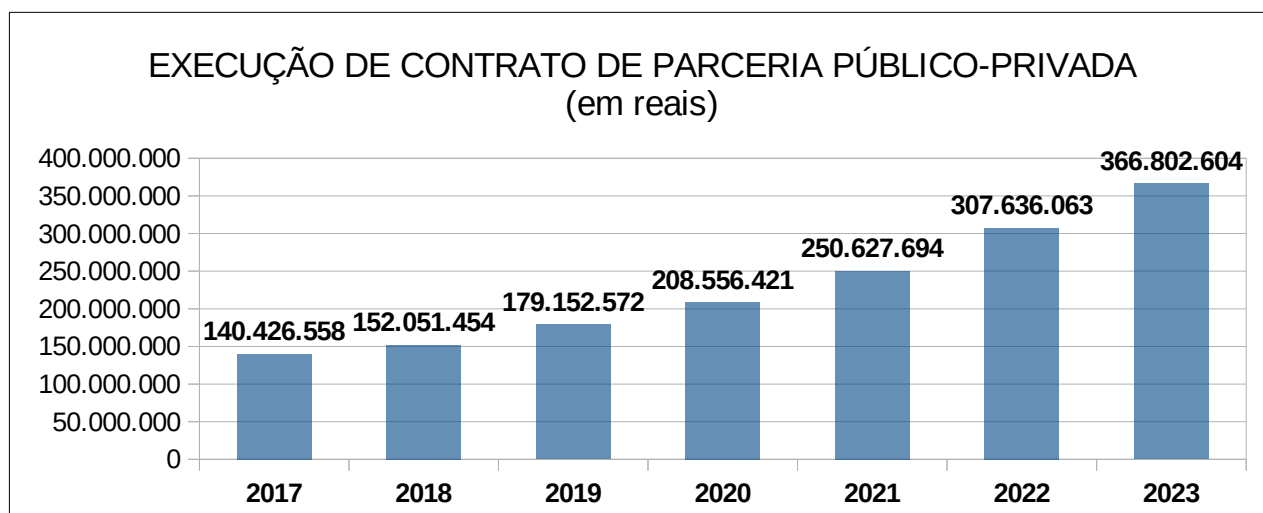


Fonte: Tesouro Nacional. Siconf. Elaboração: ILAESE

A diferença é alarmante. Enquanto as demais capitais da Região Sudeste, notoriamente São Paulo e o Rio de Janeiro, possuem um percentual ocupado por atividades terceirizadas abaixo de 15%, em Belo Horizonte ela se aproxima de 30%.

Mais de um quarto da arrecadação total do município é destinada a terceirização, atingindo 27,44% em 2023: o maior percentual de todas as capitais da região sudeste e uma das maiores de todas as capitais brasileiras. Na prática, a quase totalidade do crescimento real na arrecadação da prefeitura de Belo Horizonte migra para o bolso dos proprietários das grandes empresas capitalistas existentes na capital.

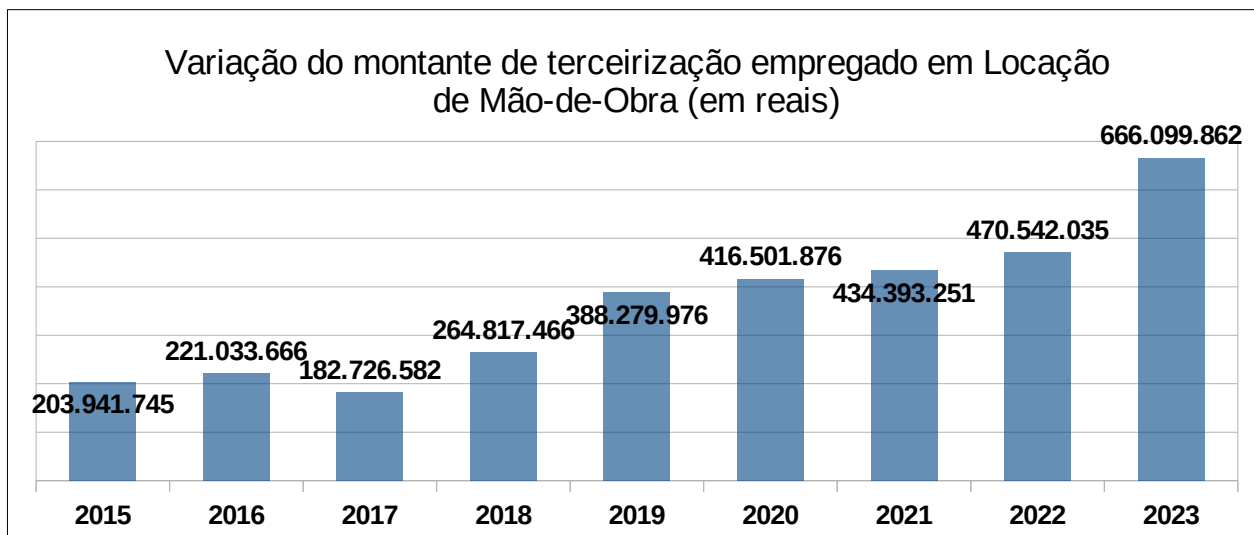
Destaca-se ainda a evolução das parcerias público-privadas, que até 2017 eram identificadas nos relatórios municipais e, desde então, sobretudo na atual administração de Kalil e Fuad, crescem a passos largos, atingindo 366,8 milhões de reais no ano de 2023:



Fonte: Tesouro Nacional - Siconf. Elaboração: ILAESE

b - contratação de mão de obra terceirizada e cargos comissionados

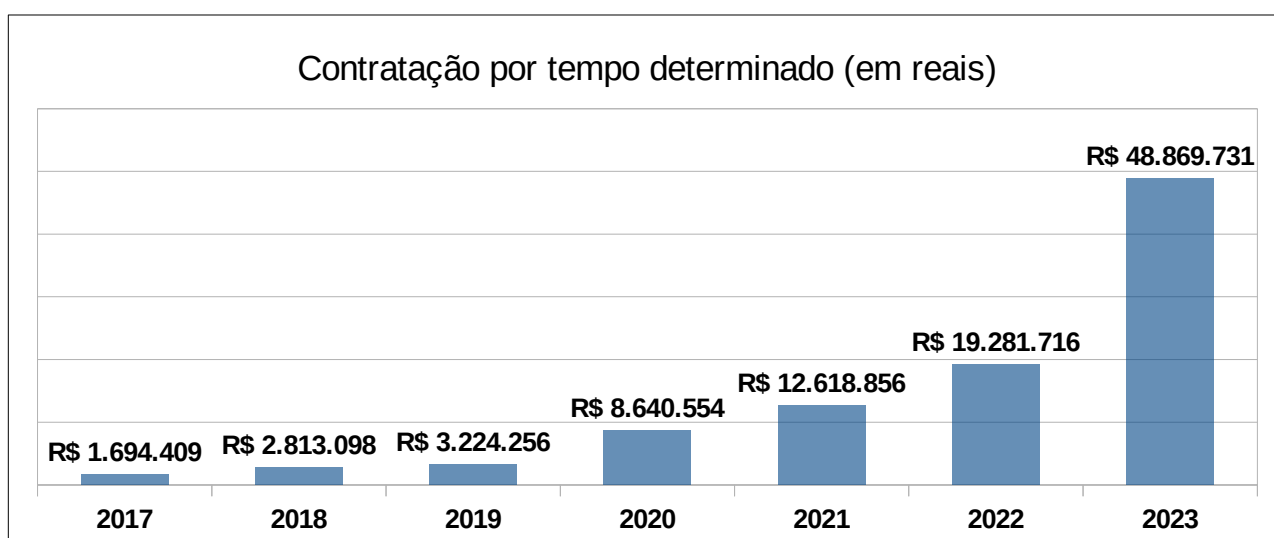
Já a modalidade de terceirização típica da MGS e do Caixa Escolar, caracterizada pela contratação direta de trabalhadores terceirizados por mediação de uma Empresa, pode ser melhor examinada por meio da evolução da modalidade já indicada denominada Locação de mão-de-obra:



Fonte: Tesouro Nacional. Elaboração: ILAESE

É possível ver o enorme crescimento dessa modalidade de terceirização. Esse número reflete o valor efetivamente pago nos contratos com as respectivas empresas que apenas fornecem trabalhadores a prefeitura do município. Em 2023, o crescimento desse montante pago foi de 41,55%, passando de 470,5 milhões de reais para 666,1 milhões de reais.

O contrato por tempo determinado é uma modalidade em que os trabalhadores são contratados por período previamente determinado, sem estabilidade no emprego e sem concurso público ou, então, em cargos comissionados. Indicamos abaixo o montante despendido em contratos por tempo determinado:



Fonte: Tesouro Nacional. Elaboração: ILAESE



A evolução dessa modalidade de despesas é estrondosa. Até 2019, eles não ultrapassavam 3,5 milhões de reais. Esse montante saltou para 8,6 milhões de reais em 2020, 12,6 milhões em 2021, 19,2 milhões em 2022 e, finalmente, 48,8 milhões de reais em 2023: um crescimento de 153% em apenas um ano.

CONCLUSÕES

→ Belo Horizonte mantém um crescimento real de sua arrecadação, sempre superior a inflação registrada nos últimos anos. Em 2023, teve superavit orçamentário superior a

→ O exame detalhado das despesas revela que um dos setores cujas despesas percentuais mais cresceram na prefeitura de Belo Horizonte é o transporte, isto é, subsídios à empresas privadas. O exame detalhado das receitas indicam que o FUNDEB é o recurso que mais cresceu em termos percentuais. Mais também as receitas financeiras, devido aos três anos de grande superavit acumulado no município. Isto é, a prefeitura atua como uma empresa que prioriza reter seus recursos no sistema financeiro, antes de destiná-los a serviços essenciais.

→ Os espaços existentes no orçamento para investimentos nos servidores são enormes, mesmo considerando a absurda Lei de Responsabilidade Fiscal. Em 2022, mais de 1,5 bilhões de reais poderiam ter sido destinados aos servidores do município, sem ultrapassar o limite prudencial da Lei de Responsabilidade fiscal.

→ O estudo indica que o abono oferecido pela prefeitura a uma parte dos profissionais em educação foi apenas para garantir o cumprimento do piso de 25% da receita por impostos e transferências a serem aplicados na educação básica. Piso esse que tem historicamente uma nítida tendência de queda. A análise detalhada das despesas em educação indica ainda que seu maior crescimento é no setor de administração e não naqueles operacionais, apontando para a terceirização do setor.

→ A análise específica do FUNDEB revela que o crescimento desse recurso, após a implantação do Novo FUNDEB, não tem servido para elevar os recursos na educação, já que a prefeitura compensa o crescimento do Fundo com a redução de aportes próprios no setor. Além disso, é indicado os claros limites insuficiências do FUNDEB, mesmo com os avanços recentes.